

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
	GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)	
	NÚCLEOS DE APOIO À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	
	NÚCLEO DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA PESSOA IDOSA (NUCAPI)	
COORDENADORIA JUDICIÁRIA DE ARTICULAÇÃO DAS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO (CEVIJ) – Projeto Descobrir-se		ATA DE REUNIÃO Nº 32/2025
Data: 11.12.2025	Horário: 11:30 h	Local: Sala de Reuniões do Mezanino da Presidência, 10 andar.

Estiveram presentes na reunião, realizada de forma híbrida, na sala do DEACO e no aplicativo Microsoft Teams, concomitantemente, os seguintes membros:

- Juíza **Lysia Maria da Rocha Mesquita**, Membro da CEVIJ;
- Sra. **Mônica Araújo do Amaral Machado**, Coordenadora do Núcleo de Atenção e Promoção dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa (NUCAPI);
- Sra. **Roberta Cristina Bastos Barreto**, Assistente Social do Núcleo de Atenção e Promoção dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa (NUCAPI);
- Sra. **Maria das Graças dos Santos Duarte**, Psicóloga, Chefe do Serviço de Apoio à Promoção dos Direitos da Infância, da Juventude e da Pessoa Idosa;
- Sra. **Silvia Pimentel de Oliveira Costa**, Diretora da Divisão de Apoio aos Convênios Interinstitucionais;
- Sra. **Danielle de Oliveira e Souza Veronese**, Chefe do Serviço de Instrução e Fiscalização de Convênios Interinstitucionais

Juíza **Lysia Maria da Rocha Mesquita**, Membro da CEVIJ, inicia a reunião às 11h45, cumprimenta e agradece a presença de todos, e abre espaço aos participantes para que se apresentem.

Assuntos:

1 – SEI 202506495114 – Projeto Social Descobrir-se;

Juíza **Lysia Maria da Rocha Mesquita** relata que a ação iniciou em 2023 com crianças acolhidas em extrema vulnerabilidade social, com baixa escolaridade ou com alguma deficiência cognitiva. Aduz que uma empresa parceira celebra o contrato de aprendizagem com os jovens selecionados e, após, é iniciado o estágio dentro da Vara sob a supervisão dos juízes, servidores e equipe técnica. Os adolescentes recebem bolsa de aproximadamente R\$ 800,00.

Explica que o diferencial do “Descobrir-se” é que as crianças contempladas pelo projeto são as que possuem menor autonomia para ingressar em outros projetos. E, justamente a equipe da Vara, que conhece suas dificuldades, é a sua supervisora, que

auxiliará a sua inserção social; além de serem adultos referência, que muitas crianças não possuem.

Registra que são oferecidas também oficinas no local disponibilizadas por parceiros (prática de yoga, oficina de pintura, trancista, manicure, design de sobrancelhas, culinária, informática, barbeiro, educação ambiental, artesanato, dentre outras).

Sustenta, ainda, que todos os adolescentes que participam do projeto almoçam na Vara.

Sra. **Silvia Pimentel de Oliveira Costa**, Diretora da Divisão de Apoio aos Convênios Interinstitucionais, indaga se costuma haver doações no projeto. Em resposta, Juíza **Lysia Maria da Rocha Mesquita** comunica que a ABATERJ realizou doações de cestas básicas para a alimentação dos aprendizes (almoço), durante o período do estágio na Vara.

Reflete a possibilidade de o convênio prever a doação de materiais utilizados nas oficinas, como por exemplo, miçangas, artigos de papelaria, materiais de autocuidado, etc.

Sra. **Silvia Pimentel de Oliveira Costa**, informa que sua diretoria fez uma minuta de convênio com título, justificativa, objeto. Nesta senda, questiona o conteúdo das cláusulas de “obrigações dos partícipes”. Sugere que o esboço das aludidas cláusulas seja encaminhado pela Juíza Lysia Maria da Rocha Mesquita oportunamente.

Assim, a **CEVIJ** delibera no sentido de enviar e-mail à Juíza Lysia Maria da Rocha Mesquita para solicitar o esboço das cláusulas “obrigações dos partícipes” da minuta do convênio. (Deliberação 01)

Sra. **Mônica Araújo do Amaral Machado**, Coordenadora do Núcleo de Atenção e Promoção dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa, esclarece que a Sra. Silvia Pimentel de Oliveira Costa é responsável pelos convênios sem ônus para o Tribunal de Justiça. Os convênios que envolvem dinheiro são de responsabilidade da SGCOL, como no caso dos convênios que demandam doações.

Sra. **Silvia Pimentel de Oliveira Costa**, acresce que pode encaminhar a proposta do convênio para o setor competente, caso haja ônus (doações ou repasse de verba). Se coloca à disposição para atuar em colaboração com a SGCOL, se houver necessidade. Quanto a minuta já elaborada, aduz que a enviará, por e-mail, à Juíza Lysia Maria da Rocha Mesquita.

Esclarece que os convênios elaborados pelo DEACO são aqueles firmados sem repasse de verba. Isto significa dizer que cada conveniente arca com seu ônus.

Sra. **Mônica Araújo do Amaral Machado** arremata que, a questão do ônus do

convênio a ser firmado para o projeto “Descobrir-se” dependerá do que será efetivamente tratado no contrato. Como por exemplo, partícipes com interesse em fazer doações.

Após considerações finais, Juíza **Lysia Maria da Rocha Mesquita** encerra a reunião às 12h30, agradecendo a participação e o comprometimento de todos.

JUÍZA LYSIA MARIA DA ROCHA MESQUITA
(Membra da CEVIJ)

Deliberação		Responsável	Prazo
1	Enviar e-mail à Juíza Lysia Maria da Rocha Mesquita para solicitar o esboço das cláusulas “obrigações dos partícipes” da minuta do convênio.	NUCAPI	Após aprovação da ata.